

Sororidade e consciência feminina: que irmandade de mulheres para que proposta política?

Artigo de Julia Cámara*

Que o movimento feminista passa por um momento de crescimento não é segredo. O surgimento de novos grupos ativistas nas mobilizações cada vez mais massivas dos últimos anos, juntamente com a proliferação de novos coletivos integrados por mulheres cada vez mais jovens, são sinais evidentes de que “alguma coisa está a mudar”. Para toda uma geração, o processo de reconhecer-se “mulher” chega por via da descoberta da opressão machista, e são dois os conceitos que articulam esta primeira e intuitiva politização: o patriarcado como problema, a sororidade como resposta.

A sororidade aparece em palavras de ordem e slogans feministas como um apelo à autodefesa, ao apoio mútuo e à união emocional das mulheres. A nova geração de ativistas interiorizou o seu uso e assumiu o seu significado de maneira massiva sem problematizar a sua origem, os seus usos históricos, descartando a sua inserção em análises estruturais mais amplas. O que aqui se propõe é uma aproximação às condições materiais que possibilitam o surgimento da sororidade como processo coletivo percebido por amplos conjuntos de mulheres em estreita relação com o papel das vanguardas femininas nas lutas pela sobrevivência e construção do sujeito político “mulheres” como sujeito político estratégico.

Breve história da sororidade

O termo *sisterhood* foi proposto no final dos anos 1960 pela escritora norte-americana Kate Millet, conhecida principalmente pela sua obra *Sexual Politics* e um dos principais referentes do feminismo radical da segunda vaga. O significado semântico de “irmandade de mulheres” (*sister* significa irmã) manteve-se na tradução para outras línguas recorrendo ao latim “soror” (*sororité* em francês, *sorellanza* em italiano, *sororidade* em castelhano [e em português]). Millet cunhou o novo termo para referir a união de todas as mulheres “sem fazer distinção de

classes sociais ou origem étnica”[1]. O conceito enquadrava-se dentro do contexto do denominado feminismo radical dos anos 1970, que proclamava a predominância da opressão de género numa escala de opressões, de forma semelhante ao que a questão de classe havia desempenhado no movimento operário clássico. Esta ideia plasma-se de forma clara no célebre slogan *Women of the world, unite!*.

A tentativa mais ambiciosa de transpor para a prática organizativa este marco teórico foi a fundação, em 1966, da National Organization of Women (NOW) nos Estados Unidos, entre cujas fundadoras se encontravam a própria Kate Millet e Betty Friedan, autora do célebre livro *The Feminine Mystique* e figura central do feminismo liberal norte-americano. Desde o seu aparecimento, a NOW mostrou ter sérios problemas para compreender e aceitar a não-homogeneidade do sujeito *mulher* e o modo como outras opressões e situações de exploração se entrecruzam com a opressão de género. Para dar apenas alguns exemplos, só após cinco anos da sua constituição é que a organização reconheceu a opressão específica das mulheres lésbicas, e são famosos os enfrentamentos públicos que membros do coletivo STAR (Street Travestite Action Revolutionaries) tiveram com ativistas da NOW por excluírem as mulheres trans das suas reuniões.

A melhor resposta organizada aos postulados da NOW vieram, no entanto, das feministas negras. Em 1984, Hazel V. Carby, historiadora feminista e ativista afroamericana, publicou um artigo chamado “White women, listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood”, no qual criticava o conceito teorizado por Millet e desmontava a pretensão de universalidade dos principais conceitos de análise feminista (patriarcado, família, reprodução), demonstrando a sua inutilidade para compreender e interpretar a vida das mulheres negras.[2]

A recuperação da ideia de “sororidade” pelo movimento feminista mais recente não bebe diretamente de Kate Millet e do feminismo radical dos anos 1970, procura antes referenciar-se conceptualmente nos feminismos comunitários latino-americanos e na redefinição do termo realizada pela antropóloga Marcela Lagarde. Lagarde define a sororidade como «amizade entre mulheres diferentes e pares, cúmplices que se propõem trabalhar, criar e formar, que se encontram e reconhecem no feminismo, para viver a vida com um sentido perfeitamente libertário»[3]. Esta aproximação permite, mais do que a de Kate Millet, o uso emocional que os novos grupos ativistas fazem do termo.

No entanto, continua a ser necessário questionar a pretensa natureza dada à irmandade entre mulheres: sentimo-la porque um certo *ser mulher* universal nos conecta empaticamente alcançando a identificação emocional de umas com as outras? Ou, quem sabe, é pelo resultado de processos socialmente complexos que interagem com o nosso papel social (determinado, fundamentalmente, pelo desempenho do trabalho reprodutivo) e afetam distintos grupos de mulheres de forma diversa?

“Consciência feminina”, redes de mulheres e sobrevivência

No início dos anos 1980, durante o auge da historiografia feminista e da história das mulheres, a hispanista Temma Kaplan descobriu que as explicações feministas e marxistas clássicas não lhe eram úteis para compreender os repertórios de ação coletiva adotados por mulheres em determinados contextos de conflito social. Apoiando-se em vários exemplos da Barcelona do começo do século XX, Kaplan desenvolve um novo conceito, o de “consciência feminina”, que faz referência à assunção por parte das mulheres do dever de cumprir o seu papel social. A consciência feminina cria um sentimento coletivo de direitos e obrigações, fruto da interiorização do papel das mulheres na divisão do trabalho. O resultado é a identificação generalizada das próprias mulheres com o trabalho reprodutivo que lhes foi atribuído e a assunção coletiva do dever de preservar a vida.

A consciência feminina revela-se assim originalmente como uma consciência *conservadora*, no sentido em que não busca a transformação da sociedade nem das relações de género existentes, mas antes a execução das tarefas que derivam destas. No entanto, ao aceitar as ditas tarefas, as mulheres com consciência feminina exigem os direitos que as obrigações comportam, e a dinâmica coletiva necessária para assegurar estes direitos pode originar uma força que acabe por politizar as redes de relações da vida quotidiana. Quando parece que está em jogo a sobrevivência da comunidade, as mulheres ativam as suas redes relacionais para combater aquilo ou aqueles que acham que interfere com o seu dever de preservar a vida como elas sabem. Ao colocar a necessidade humana sobre outras exigências sociais e políticas, e a vida sobre a propriedade, os lucros privados e até mesmo os direitos individuais, a consciência feminina cria a visão de uma sociedade que, todavia, não fez a sua aparição. É, portanto, uma consciência de

transição, com implicações políticas radicais e capaz de proporcionar saltos de consciência a amplos grupos de mulheres.

No decurso da luta por cumprir o papel que a sociedade lhes outorgou, algumas mulheres chocam de frente com um sistema, o capitalista, que é radicalmente contrário à preservação da vida. E é aqui que começa a vislumbrar-se o modo como a consciência feminina interage com a classe: são as mulheres das classes subalternas as que mais dificuldades enfrentam para sobreviver e, portanto, as que mais vezes se veem obrigadas a ações radicais. O recurso das classes abastadas a enfermeiras, babás, amas de leite e outras figuras similares tem historicamente desobrigado as mulheres possidentes das responsabilidades do trabalho reprodutivo e do cuidar, limitando consideravelmente o seu desenvolvimento de uma consciência feminina. O atual mercado privado de compra e venda de serviços, juntamente com as cadeias mundiais de cuidados, responsabilizam não as mulheres como classe ou grupo social homogêneo, mas determinados setores de mulheres, pela preservação global da vida. E são estes setores, levados a atuar de forma coletiva para alcançar aquilo que não poderiam alcançar mediante ações individuais, que se reconhecem mutuamente como cúmplices e aliados. Da consciência feminina nasce a sororidade: o cuidado e apoio mútuo entre quem assume a responsabilidade de preservar a vida.

Conclusões: vanguardas de mulheres e lutas pela sobrevivência

O confronto da consciência feminina das mulheres de determinado estrato de classe com a sociedade realmente existente faz com que a sua luta por realizar o trabalho reprodutivo e do cuidar, geralmente enquadrado no âmbito doméstico e das relações privadas, irrompa no espaço público. Desde os “motins do pão” durante as crises de subsistência dos séculos de transição para o capitalismo até à organização em plataformas pelo direito à habitação, como las PAH “Stop Desahucios”, o empenho das mulheres da classe trabalhadora para preservar a sua vida e a dos seus colocou-as na cabeça de lutas e enfrentamentos com enorme potencial revolucionário e de rutura política. Levadas pela necessidade de cumprir com o seu dever social, as dificuldades encontradas no caminho podem empurrar as mulheres a enfrentar coletivamente autoridades políticas, económicas e inclusivamente físicas (como a polícia ou o exército), impulsionadas pela origem legítima das suas reivindicações e avançando a partir da experiência

para níveis de consciência política mais desenvolvidos. O caráter de transição da consciência feminina adquire assim todo o seu significado.

O uso da consciência feminina como ferramenta analítica permite-nos compreender o papel das mulheres como vanguarda estratégica em lutas de um enorme potencial transformador em todo o mundo. O movimento de mulheres pela paz durante a Grande Guerra, as acampadas antinucleares de mulheres em França, Itália e Estados Unidos nos anos centrais da Guerra Fria, as greves massivas de inquilinos[4] ou a presença na primeira linha da luta contra as ditaduras são fenómenos cuja compreensão está incompleta sem o recurso à consciência feminina. As lutas em defesa do território e contra os macroprojetos de mineração e de exploração pecuária na América Latina, os levantamentos ecofeministas contra o uso de transgênicos e a extinção da agricultura de subsistência no sudeste asiático são dois bons exemplos contemporâneos.

É, pois, necessário conceber as mulheres como sujeito político estratégico, mas não a partir de uma pretensa identidade homogênea e universalmente partilhada, mas como o resultado das contradições que a manutenção da vida das classes mais miseráveis coloca ao sistema capitalista. Quem sabe daqui surja o tipo de sororidade que necessitamos de construir: uma irmandade de mulheres que não se limite ao emocional, mas que sirva como alavanca coletiva para mudar o mundo e transformar a vida.

Nota:

[1] Os principais contributos de Kate Millet aparecem explicados aqui: <https://newrepublic.com/article/131897/kate>

[2] O texto completo traduzido para castelhano pode ler-se em Mercedes Jabardo (ed.): *Feminismos negros. Una antología*, Traficantes de Sueños, Madrid, 2012.

[3] No original: «amistad entre mujeres diferentes y pares, cómplices que se proponen trabajar, crear y convencer, que se encuentran y reconocen en el feminismo, para vivir la vida con un sentido profundamente libertario». <http://www.asociacionag.org.ar/pdfaportes/25/09.pdf>

[4] N. da T.: *Huelga de Alquileres*: conjunto de greves organizadas pelos

inquilinos contra os preços das rendas e os despejos na Barcelona republicana (1930) e em Tenerife (1933).

**Julia Cámara é militante de Anticapitalistas e ativista feminista.*

Publicado originalmente em Viento Sur:

<http://vientosur.info/spip.php?article12891>